

# TENSÕES E SABERES: VIOLÊNCIA SEXUAL, MULHERES INDÍGENAS E PRODUÇÃO DOCUMENTAL NA AMAZÔNIA URBANA<sup>1</sup>

Dulce Meire Mendes Morais  
FSP/USP, Brasil

Palavras chave: documentos, mulheres indígenas, violência de gênero.

## Tensões e saberes: iniciando um problema de pesquisa

Na minha entrevista do processo de seleção para o mestrado, o entrevistador, hoje meu orientador, olhou-me e disse que na leitura de meu projeto lembrou de um evento que ocorreu em seu trabalho de campo no ano de 2016. O relato que me contou na entrevista foi o caso de assassinato de duas mulheres indígenas em São Gabriel da Cachoeira, cidade do interior amazonense. Além de mortas, essas mulheres foram violentadas sexualmente. Ainda, segundo o relato, as declarações de óbitos dessas mulheres não mencionavam nenhuma informação sobre a violência sexual que sofreram.

Em uma investigação mais detalhada<sup>2</sup> sobre os dois crimes, descobri, ao acessar Declarações de Óbitos (DO), que uma dessas mulheres era Sarah<sup>3</sup>, 17 anos, e que a causa de sua morte foi asfixia e estrangulamento. Nesse documento não consta nenhuma referência ao abuso sexual que ela sofreu<sup>4</sup>. Uma Declaração de Óbito apresenta nove blocos de informações a serem assinaladas e preenchidas de forma escrita. Analisando a DO de Sarah, documento, percebi que o bloco cinco, *condições e causas do óbito*,<sup>5</sup> é dividido em duas partes, além de apresentar um quadro para identificar se o óbito se refere à mulher em idade fértil. A parte I apresenta um campo para que o médico informe a doença ou estado mórbido da vítima, ou seja, as *causas da morte*. Ao lado, com a indicação *anote somente um diagnostico por linha*,

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

<sup>2</sup>Em trabalho de campo realizado em 2017, José Miguel fez um levantamento institucional sobre casos de violência sexual e homicídios, de modo que pôde perceber a confusa organização institucional de registro e seguimento de casos, além da inconsistência e do desaparecimento de dados, - como, por exemplo, nos registros de morte das mulheres estupradas e assassinadas. Durante este período, o pesquisador teve acesso a algumas Declarações de Óbitos disponibilizadas pela Vigilância Municipal em Saúde.

<sup>3</sup>Para a preservação das identidades, os nomes das mulheres apresentadas neste trabalho são fictícios.

<sup>4</sup>Segundo informações de campo de José Miguel Olivar, as pessoas na cidade comentavam que Sarah tinha sido violentada sexualmente quando foi encontrada morta.

<sup>5</sup>Os termos técnicos utilizados nos documentos apareceram em itálico.

lê-se “asfixia”. Justaposta à linha preenchida pelo médico há um pequeno espaço para discriminar o *tempo aproximado entre o início da doença e da morte* (que está em branco) e, ao lado deste, um espaço para indicar o *CID*, que consta “T71”<sup>6</sup>. Abaixo, *causas antecedentes*, categoria correspondente aos estados mórbidos relacionados à causa da morte registrada, mencionando em último lugar a causa básica. Ao lado, três linhas para o registro conforme a linha acima. A primeira linha, única preenchida, consta “estrangulamento” e *CID* “Y20.8”<sup>7</sup>.

A parte II deve ser escrita pelo médico e refere-se a outras condições que também contribuíram para a causa da morte, mas que não foram mencionadas na parte anterior. Há duas linhas e, ao lado de cada uma delas, espaços como na parte I. No caso de Sarah, o médico responsável pelo preenchimento do documento afirma que ela sofreu “agressão” e *CID* “Y04.9”<sup>8</sup>. No bloco sete, *causas externas*, há campos para preenchimentos que visam identificar, por exemplo, se a morte ocorreu devido a suicídio, homicídio, acidente ou causas naturais; se foi acidente de trabalho; se a fonte de informação foi a polícia, hospital ou família. Também há, especificamente, o campo *descrição sumária do evento* com um espaço a ser preenchido pelo médico e o *tipo de local de ocorrência do acidente ou violência*, com os campos a serem informados: *via pública, endereço de residência, outro domicílio, estabelecimento comercial, outros e ignorado*. Nesse campo, a DO de Sarah informa na *descrição sumária do evento*: “estrangulamento + asfixia” e, no *tipo de local de ocorrência do acidente ou violência*, consta *outro*.

Olivar (2019) discute a violência por meio de análise da relação entre pessoas indígenas e pessoas brancas, tendo como foco o agenciamento de mulheres indígenas frente a violência sofrida por elas. Quando o autor aborda a Operação Cunhatã,<sup>9</sup> que ocorreu em 2013 em São Gabriel da Cachoeira, mostra que “nas palavras de um representante da Igreja Católica, foi a captura destes três irmãos que mais impressionou na cidade, pois sobre suas práticas, ‘todo mundo sabia’ ”(OLIVAR, 2019. p.15). Também apresenta o diálogo com uma mulher indígena de 45 anos em que ela diz que, em sua adolescência, também foi assediada pelos irmãos que são os maiores comerciantes da cidade e que pelo menos um deles vem cometendo esses crimes há mais de vinte anos.

---

<sup>6</sup>Asfixia.

<sup>7</sup>Enforcamento, estrangulamento e sufocação, intenção não determinada – outros locais específicos.

<sup>8</sup>Agressão por meio de força corporal, local não especificado.

<sup>9</sup>Operação realizada pela Polícia Federal para investigar uma rede de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes em São Gabriel da Cachoeira no ano de 2013.

Assim como foi relatado que, em 2016, Sarah e Francisca foram violentadas sexualmente, em meu trabalho de campo, realizado no início deste ano, também me foi relatado que Sarah foi encontrada com suas roupas rasgadas e materiais escolares jogados no chão ao redor de seu corpo e que havia sido violentada. Em outro dia, quando tomava banho no rio com uma amiga, ela me apontou uma menina tuyuka que estava conosco e, disse que a mãe da criança havia sido violentada antes de morrer, a saber, Francisca.

Tendo em consideração esses relatos e o “todo mundo sabe” que os moradores da cidade relatam a ausência de referência à violência sexual no documento apresenta uma tensão entre o que sabem os moradores e o que escrevem os profissionais. Em primeiro lugar, porque agressão é um termo amplo que envolve tanto o corpo da vítima quanto a violência sofrida nas formas física, sexual, psicológica e a ausência desse tipo de agressão altera dados sobre óbitos e expõe a subnotificação de violência sexual, além de não permitir uma real solução legal para os familiares. Quando corpos são encontrados, muitas pessoas se juntam ao redor, muitas fotos dos corpos circulam nos grupos de WhatsApp e todos veem as condições em que são encontrados. São essas condições, aparentemente, que fazem com que a população acredite que meninas mortas foram violentadas sexualmente como parte do crime de feminicídio.

Já na Declaração de Óbito de Francisca, mulher de 36 anos de etnia tuyuka, consta, na parte I do documento, que a *causa da morte* foi “insuficiência respiratória” CID não legível. Na parte II, por sua vez, vemos que consta “estrangulamento” CID X91.4<sup>10</sup>. Da mesma forma que na DO de Sarah, na de Francisca não consta nenhuma informação sobre violência sexual. No campo *descrição sumária do evento*, o documento diz “paciente encontrada em vias públicas”. Essa história também chama a atenção porque o trabalho etnográfico realizado por Oliver na cidade, agentes do estado e familiares de Francisca lembravam o crime como contendo também violência sexual.

### **Percursos dos corpos: documentos produzidos e instituições relacionadas**

São Gabriel da Cachoeira está localizada na região do Alto Rio Negro, no noroeste amazônico brasileiro, na divisa com a Colômbia e a Venezuela. De acordo com o Censo de 2010, dos 37.896 habitantes do município, 29.017 se autodeclararam indígenas. Desta forma, esse município é conhecido como o que apresenta maior população indígena do país

---

<sup>10</sup> Agressão por meio de enforcamento, estrangulamento e sufocação – rua e estrada. Além deste CID, também consta outros dois rasurados.

(76,57%), com grande diversidade étnica (Piratapuya, Tukano, Tuyuka, Baniwa, Baré, Dâw) e linguística (português, tukano, baniwa, nheengatu, dâw). Sua população também é formada por migrantes nordestinos, militares e ex-militares, missionários e funcionários de ONGs e órgãos públicos, além de imigrantes colombianos e venezuelanos. A expressiva concentração de militares na região é uma característica marcante e historicamente relevante devido ao processo de ocupação e militarização do território em 1669 (LASMAR, 2005).

Intrigada com o relato de meu orientador sobre Sarah e Francisca, após ingressar no Programa de Pós-graduação, decidi realizar minha pesquisa de mestrado nessa cidade para tentar compreender justamente esses casos emblemáticos de estupros e feminicídios. Sendo assim, realizei meu trabalho de campo em São Gabriel da Cachoeira no período entre 14 de fevereiro e 1º de maio de 2020.

Após receber autorização do Secretario de Saúde, fui até a Vigilância Epidemiológica para conversar com a coordenadora e saber se ela também autorizaria o meu estudo das declarações de óbitos que eram armazenadas em seu local de trabalho. Abri a porta e vi uma sala bem pequena, com três funcionários dentro e perguntei onde encontraria a coordenadora. O homem que estava na mesa mais próxima da porta disse-me que poderia entrar e me indicou outra porta que me levaria à sala da coordenadora. Entrei e me apresentei. A coordenadora me pediu para sentar e começou a ler a minha carta de apresentação, enquanto eu fiquei olhando o tamanho minúsculo que tinha aquela sala, onde trabalhavam três pessoas.

Então ela me perguntou: “mas você quer acesso ao arquivo ou as declarações físicas? Porque as físicas são todas aquelas ali” (apontando a prateleira cheia de caixas com as identificações “DO’s 2010”, “DO’s 2011”). “Já no arquivo, sua análise será bem mais rápida, porque você pode selecionar por sexo, CID, comunidade. Eu só vou tirar o nome da vítima e do médico e posso disponibilizar o arquivo para você”, continuou. Então expliquei a ela que queria ter acesso físico para poder ver como o documento é formado, organizado e preenchido. Ela insistiu em dizer que esse era o caminho mais difícil e mais demorado, mas que, se era o que eu queria, eu estava autorizada para lidar com aquele monte de documentos.

No meu primeiro dia de trabalho na Vigilância, 16 de março, observei que as declarações de óbitos ficavam em envelopes separados por mês de ocorrência. Os envelopes, por sua vez, estavam em pastas separadas por ano. Todas as declarações de óbitos ficavam na pequena sala da Vigilância Epidemiológica e havia uma estante cheia de pastas.

Para a análise destes documentos, eu observava quais eram registros de óbitos de mulheres, eliminando, desta forma, todos os óbitos de homens ou de recém nascidos. O

campo que apresenta a causa da morte também foi fator excludente para a minha análise. Todos aqueles, dentre as mulheres, que apresentavam a causa da morte relacionada a doenças cardiovasculares, respiratórias, acidentes com raios ou choques não foram analisados por mim. Já os que apresentavam causa desconhecida, enforcamento, CID ou simplesmente estavam em branco, eram selecionados para que eu pudesse realizar análise completa.

No período de realização do meu trabalho de campo com documentos na Vigilância Epidemiológica, percebi como a reelaboração dos casos de óbitos de mulheres por parte da população de São Gabriel da Cachoeira eram utilizadas nos documentos. Catarina Morawska (2014) reflete como questões sociais e ambientais são incorporados e neutralizados nas etapas do planejamento e de execução da usina hidrelétrica de Belo Monte no norte do Pará. A autora evidencia que isto é feito e avaliado pelos técnicos e não pelos moradores do local onde a hidrelétrica foi construída, mostrando como a visão das populações afetadas é desconsiderada. De modo similar, a informação sobre os crimes de violência sexual me parecia ser desconsiderada na produção das declarações de óbitos de pelo menos duas mulheres em São Gabriel da Cachoeira.

Quando perguntei à coordenadora, que estava sentada próxima a mim, como era feito as análises dos corpos para a produção da Declaração de Óbito, ela olhou para os outros dois funcionários que estavam na sala e rindo de minha pergunta disse: “ela acha que aqui tem IML, aqui não tem IML”. Então, começou a dizer-me que provavelmente não iria me acompanhar até o final de meu trabalho, porque ela havia pedido transferência, uma vez que estava muito sobrecarregada. Contou-me que recebia muitas fotos dos moradores da cidade em seu WhatsApp. Eram registros de pessoas encontradas mortas em vias públicas. Imediatamente, perguntei a ela o que acontece com essas pessoas, quais são os espaços e instituições que esses corpos mobilizam e ela me respondeu que, quando um corpo é encontrado, o departamento funerário o leva para a capela do cemitério e, às vezes, se a polícia é acionada, um Boletim de Ocorrência (BO) é lavrado. Isto faz com que a delegacia nomeie um médico para o caso. Este médico vê o corpo e o analisa conforme sua competência, mas, recorrentemente, a chegada do médico à cidade é posterior ao sepultamento do corpo.

Quando questioneei o que acontecia nestes casos em que o corpo é enterrado antes da análise médica, a coordenadora me explicou que, com a criação das fichas de investigação de óbito, os profissionais de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) aplicam um

questionário aos parentes das vítimas com a finalidade de colher informações sobre a causa da morte.

Encontrei essas fichas de investigação de óbitos grampeadas em algumas declarações de óbitos. Junto com o brasão do ministério da saúde no cabeçalho do documento é informado “Formulário 3, AV3, autópsia verbal: pessoa com 10 anos ou mais”, na parte superior esquerda da ficha. A ficha de investigação de óbito apresenta blocos como: *relato do entrevistado utilizando suas próprias palavras, fatores de risco, breve história da doença ou situação que levou à morte nas palavras do entrevistado*. Nas fichas de investigação analisadas, encontrei informações como: “O marido discutiu com ela e bateu nela de raiva, estava grávida. Em seguida a mesma foi para o mato tomar timbó<sup>11</sup> e morreu e tinham tomado caxiri<sup>12</sup>”. Essa declaração foi dada pela mãe da obituária. No bloco *fatores de risco*, há a pergunta: *sofreu algum ferimento/acidente/agressão?* campo no qual não foi preenchida nenhuma resposta. A declaração de óbito referente a essa investigação não foi encontrada.

Com as informações contidas nas fichas de investigação de óbito, disse-me a coordenadora que o médico nomeado para acompanhar o caso faz uma análise das informações obtidas e, se plausível, assina a declaração de óbito atestando, assim, a morte da pessoa. Isso justifica algumas das informações contidas em declarações de óbitos que apresentavam a causa da morte a lápis, com outra tinta de caneta e até mesmo com outra grafia. Apenas após a assinatura de um médico a causa da morte entra no sistema da Vigilância Epidemiológica.

\*

*Sarah*

Já era final de março e os profissionais da Vigilância estavam atarefados com os estudos sobre a Covid-19, realizando diversas reuniões e fazendo várias coletas de material biológico das pessoas que estavam chegando na cidade por meio das embarcações, além de estarem realizando o seu monitoramento. Devido a isso, minha ida à Vigilância se tornava cada vez menos frequente, situação essa agravada tanto pela falta de espaço físico para mim

---

<sup>11</sup>Timbó é uma planta tóxica usada para matar peixes. Em São Gabriel, às vezes, é utilizada em casos de suicídio.

<sup>12</sup>Caxiri é uma bebida fermentada à base de mandioca.

naquele local quanto pela falta de profissionais para me acompanhar. Desta forma, consegui acessar apenas algumas Declarações de Óbito, dentre elas a de Sarah<sup>13</sup>.

A importância de trabalhar com documentos físicos é que podemos observar não apenas o conteúdo existente, mas também a sua forma, rabiscos e tonalidades. Em trabalho sobre arquivos coloniais holandeses, Stoler (2009) versa sobre o que havia nas bordas dos documentos e as tensões no processo de suas produções. Estar diante do documento físico permitiu-me atentar para além do relato de meu orientador e da própria fotografia que tinha do documento. Eu não estava mais trabalhando com um material de campo produzido por outro (VIANNA, 2014).

Na Declaração de Óbito de Sarah, onde se encontra a CID da segunda linha do bloco cinco, *condições e causas do óbito*, tem-se “X91” escrito a lápis no espaço destinado a *tempo aproximado entre o início da doença e a morte* e onde deveria estar o código da CID está, também a lápis, um rabisco em cima do código “Y20.8”.

A partir do bloco cinco, as informações foram preenchidas com outra caneta. Essa caneta é de bico fino com uma tinta azul mais clara e, ainda, o último dígito da CID Y049 estava circulado e escrito com caneta de tinta preta enquanto todo documento estava preenchido de azul. A assinatura do médico estava firmada com caneta azul escuro, assim como a primeira parte da Declaração de Óbito.

O óbito de Sarah ocorreu dia 14/11/2016 e a data da produção da Declaração de Óbito consta 27/12/2016. Será que não havia nenhum médico para atestar o óbito? Se não havia, como foi atestado se não viu o corpo?

A ficha de investigação de óbito de mulher em idade fértil<sup>14</sup> de Sarah estava totalmente em branco. Em seguida, havia uma declaração, do dia 19 julho 2017, da prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Saúde, assinado por duas enfermeiras, um médico e duas Agentes Comunitárias de Saúde, todos do bairro Miguel Quirino, e um Agente Comunitário de Saúde do bairro Areal, que dizia:

Declaramos para os devidos fins que os parentes de Sarah se recusaram a prestar quaisquer informações contidas na investigação de óbito [...], em que pese as tentativas de contato nos dias 17/07/1987 [2017] pelo turno da manhã e 19/07/2017 pelos turnos da manhã e tarde, ocorrendo na última visita, a recusa da pessoa que fez o contato com os profissionais, alegando que não iria prestar informações e retornando a residência.

---

<sup>13</sup>Eu já tinha acesso a uma fotografia da Declaração de Óbito tanto de Sarah quanto a de Assunção, no entanto, na Vigilância Epidemiológica, eu consegui acesso apenas a de Sarah.

<sup>14</sup>Outra ficha de identificação encontrada junto com as declarações de óbito.

\*

*Francisca*

No dia 7 de abril, eu já havia encerrado meu trabalho de campo na Vigilância Epidemiológica devido a Covid-19. Desta forma, não tive chance de encontrar a DO de Francisca e nem sua possível ficha de investigação. No entanto, pude conversar com uma amiga da etnia Tuyuka, que era sobrinha de Francisca.

Ela contou-me que tudo aconteceu em um final de semana que sua tia saiu para beber como de costume, mas que naquela vez não retornou para casa.

Quando eles [os policiais] acharam o corpo ainda estava quente, entendeu? O corpo não estava gelado como se tivesse passado horas após o óbito dela, tava quente, tava mole, não duro e gelado como acontece quando a pessoa morre. [...] Eu não sei se ainda estava com vida porque falaram que ela chegou no hospital, [...] aí como sempre, o médico de plantão não chega na hora, não sei que tipo de negligencia aconteceu lá. Mas se ela parou no hospital é porque ainda tava com algum batimento cardíaco. Então, quando o médico foi atender, aparentemente ela já estava sem vida, porém o corpo ainda não estava gelado, aí como ela já não tinha vida eles [os policiais] trouxeram aqui no cemitério e deixaram ali. E parece que comunicaram na rádio que tinha uma mulher morta no cemitério e quem pudesse reconhecer que fosse lá pra reconhecer e avisar os parentes, aí como todo mundo aqui em casa tava agoniado porque ela não tinha voltado, o meu tio foi lá no cemitério vê de quem que se tratava. Só depois de meio dia o doutor veio examinar ela, aí que ele determinou que ela tinha sido estrangulada. E só pelo fato da cabeça não estar firme na coluna ele disse que tinha sido estrangulamento, porque ele simplesmente fez o exame físico ali e nada mais aí como o pescoço tava quebrado ele definiu como estrangulamento. Bom na verdade eles [policiais] comentaram sobre violência sexual, pois no local ela tava nua, a roupa que ela levava tava toda rasgada, a bermuda tinha sido tirada, ela tava só de calcinha e com a blusa toda rasgada. Devido a isso eles falaram que tinha tido violência sexual. Porém a minha tia, quando ela foi limpar o corpo, ela percebeu que não tinha nenhuma secreção na vagina dela ou nas pernas que alguém pudesse dizer que ela tinha sido abusada, porque se fosse lógico que ia ter algum tipo de secreção, não é? E minha tia disse que não, que tava limpo.

Esse relato de minha amiga Tuyuka se complementa ao que contou-me a coordenadora da Vigilância Epidemiológica. Ambas as falas mostram ao mesmo tempo questões técnicas e do âmbito mais público da violência. Nelas aparecem as relações com “o estado”, mas também o próprio estado precário em diversos planos, inclusive tecnicamente.



Embora o documento seja outro, utilizando o termo de Larissa Nadai e Cilmaria Veiga (2020), para o médico que atendeu Francisca e pelo registro que apontou em sua declaração de óbito, o “pedaço de carne” do corpo que lhe importou foi unicamente seu pescoço, que não estava perfeitamente ajustado ao tronco. Em seu trabalho, as autoras colocam em comparação os documentos de perícia produzidos no IML de Campinas em relação a estupros e atentado violento ao pudor, com os documentos cadavéricos produzidos sobre casos de latrocínio em Juiz de Fora. Nadai e Veiga falam ainda sobre um “saber ler corpos”, bem como saber descrever as técnicas em documentos sobre sofrimentos que marcam a carne, fazendo “com que os discursos que falam sobre materialidades corpóreas, feridas, sangue, sofrimento, manifestem-se por intermédio de terminologias médicas” (p.189). Em São Gabriel da Cachoeira, especificamente em relação ao caso de Francisca, quem produz de forma mais ampla esse “saber ler corpos” são as parentas de Francisca.

Minha amiga Tuyuka não desconsiderou o fato de sua tia ter sofrido algum tipo de abuso sexual, tampouco se atentou apenas ao pescoço que estava quebrado. Ela relata toda uma cena que indica a prática de violência sexual e se atenta a vestígios de fluidos no corpo de sua tia.

E veja só, ainda tendo levado no hospital eles nem se quer fizeram autópsia, a causa da morte nem nada disso, eu não sei se realmente não tinha médico naquele dia de plantão não sei, mas até esse horário eles não sabiam a causa da morte dela, tinha sido assassinada, eles [policiais] acreditavam que tinham sido violentada, essas coisas, só que minha tia que limpou o corpo dela disse que não tinha nenhum tipo de secreção que indicasse que tinha sido abusada, entendeu?

### **Considerações finais**

Catarina Morawska (2014) versa sobre o caso das populações afetadas pela construção da usina de Belo Monte, em que seus saberes são transformados em indicadores que se tornam neutros nos documentos e que não têm poder algum de barrar a continuidade das obras. No caso da população de São Gabriel da Cachoeira, parece que o conhecimento sobre os crimes sexuais, mesmo com as fichas de investigação de óbito, apresenta falhas no preenchimento documental. Nos documentos parece não haver espaço para nenhum tipo de informação além de gráficos e tabelas (como nos documentos de construção de hidrelétricas) (MORAWSKA, 2014), assim como ocorre com os e blocos de dados nas DOs, os quais são preenchidos por palavras soltas e CID não discriminado.

Nadai e Veiga (2020), na comparação entre documentos produzidos sobre corpos de mulheres mortas e vivas, concluem que é muito difícil afirmar em um documento a violência sexual sofrida. Em contrapartida, dizem que, em relação a um corpo morto, a autópsia, no seu papel de escrutinar o corpo, informa detalhadamente todas as observações realizadas na leitura dos corpos fazendo, então, aparecer a causa da morte.

Nenhum dos dois corpos foi analisado por um médico legista. Há informação de que não houve uma investigação com base em vestígios e provas científicas, mas sim uma busca visível da marca das unhas da vítima (Sarah) no rosto do assassino, como indicam as narrativas do ano de 2016 na cidade. Em São Gabriel não há um Instituto Médico Legal com todos os materiais e profissionais necessários para realizar análises no corpo morto e no local de sua descoberta. Isso dificulta, por exemplo, os procedimentos técnicos de identificação de violência sexual. Estes fatores acabam colaborando para o apagamento do tipo de violência sofrido pela vítima.

O trabalho de Letícia Ferreira (2009) mostra-se importante para pensar a desimportância que há nos registros e arquivos de pessoas que foram categorizados como “não identificados”. A autora evidencia um registro de relações de desigualdade no qual corpos “identificados” tiveram seus documentos arquivados e designados como “um homem desconhecido”, “um feto”, “uma mulher”, “uma mulher desconhecida”, mostrando as condições sociais da produção de identificação. No caso de São Gabriel da Cachoeira, a ausência de dados e informações, como melhor definição de “agressão”, também aponta uma desimportância no preenchimento do documento. Ferreira mostra que, no procedimento de identificação, há um processo de produção e atribuição de identidade. Pensar a produção de documentos sobre homicídios de mulheres indígenas que foram violentadas sexualmente antes de sua morte é também pensar na construção e atribuição de uma história que oficializará o que ocorreu com a vítima, levando em consideração o que (não) entra nos documentos (STOLER, 2009).

Ann Laura Stoler (2009) ajuda a pensar o apagamento da violência sexual por meio dos registros estatais – apesar de os moradores de São Gabriel da Cachoeira saberem sobre ela – e auxilia a observar a seletividade do registro nesses documentos, bem como isso interfere nos números de notificações, na produção de políticas públicas e, ainda, na valoração de quais vidas importam (BUTLER, 2011), quem se deixa morrer e se faz viver (FOUCAULT, 1999).

Além disso, é possível notar uma questão relacionada ao tempo. Gustavo Onto (2020), em pesquisa realizada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, versa sobre os

tempos dos documentos que estão relacionados à própria urgência de lidar com eles. A análise médica realizada no corpo de Francisca; assim como a produção da declaração de óbito de Sarah, não apenas considerando a data do óbito e da produção do documento, mas também as diversas canetas e, possivelmente, as várias mãos que produziram o documento, bem como o período relacionado à busca pela família de Sarah para aplicação do questionário da ficha de investigação de óbitos parecem ser evidência da falta ou prescindibilidade da urgência.

Seguir os passos de Morawska (2014), mostrando como a trilha de documentos médicos produz o corpo morto é de suma importância. A construção da trajetória burocrática (FERREIRA, 2009, p. 28) médico e também jurídica a respeito dessas mulheres que são violentadas sexualmente antes de serem mortas se torna fundamental para compreender como essa informação é trabalhada na produção dos documentos. No entanto, como mencionado, alguns documentos não são encontrados, outros não são respondidos e outros, ainda, parecem ser preenchidos em momentos distintos, não apresentando urgência ou importância.

Questões como essas tornam-se relevantes frente ao contexto histórico que a população indígena vem sofrendo com o genocídio e apagamento das violências cometidas por ações governamentais (ROTH, 2016). Como apresenta Achille Mbembe (2016), na contemporaneidade, a soberania leva em conta não apenas a questão da liberdade e da autonomia individual, mas também a marca de morte que está presente na própria soberania, o que possibilitou ao autor analisar as técnicas e os dispositivos de governo relacionadas aos conceitos de guerra, resistência, sacrifício e terror. Essa soberania, segundo ele, é “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p.135). Neste mesmo sentido, Judith Butler fala como a hegemonia heterossexual formula as questões sexuais e políticas, que produzem corpos impensáveis, abjetos e invisíveis, que, além de inteligíveis, também não são dotados de vida (BUTLER, 1993, p. 11).

## Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, [1993], 2011.

FERREIRA, Leticia. *Dos autos da cova rasa. A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2007.

FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: e-papers, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1999. 382 páginas.

LASMAR, Cristiane. *De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto do Rio Negro*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI. 2005.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. *Arte&Ensaio*. Revista dp ppgav/eba/UFRJ. N 32. Dezembro, 2016.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. "A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados". *Revista Antropológicas*. Ano 18, 25(2):22-40, 2014.

OLIVAR, José. "Caçando os devoradores. Agência, 'meninas indígenas' e enquadramento neocolonial". *Revista De Antropologia*, 62(1), 07-34. 2019.

OLIVAR, José Miguel. *Através do limite: diferenciação, relação e atos de cuidado em contextos críticos na fronteira Amazônica – ênfase em sexualidade, gênero, ciclos de vida e etnia*. Projeto de Pesquisa. Auxílio Regular FAPESP: 2019/01714-3. p. 12, 2019.

OLIVAR, J. M; MELO, F.C; DIAS, C; RADLER, J; OLIVEIRA, D. I. *Dossiê sobre rodas de conversa com mulheres indígenas sobre violência: projeto mulheres indígenas, gênero e violência no Rio Negro*. Relatório técnico. São Gabriel da Cachoeira: ISA, FOIRN, FSP, OVGAM, 2019.

ROTH, Isabel. *Genocídios invisíveis do Brasil: reflexão sobre o extermínio dos povos indígenas*. *Revista Liberdades*. Edição nº 22 maio/agosto de 2016.

STOLER, Ann Laura. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Copyright 2009 by Princeton University Press.